

Taubaté, 25 de março de 2025.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.178/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle de pragas (dedetização, desratização, e afastamento de aves e morcegos nocivos), com aplicação de produtos de primeira qualidade, aprovados pela Inspeção Sanitária competente, para as unidades de ensino e demais prédios subordinados à Secretaria Municipal de Educação, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis conforme interesse da Municipalidade e legislação vigente e de acordo com as condições estabelecidas nesse instrumento convocatório e nos seguintes anexos

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ – SP

A empresa **BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA** inscrita no CNPJ nº 33.953.312/0001-79, sito à Av. Independência, nº 1639, Bairro Independência, Taubaté-SP CEP: 12032-000, vem por meio deste, com fulcro no **Art. 165, I, da Lei 14.133/21**, INTERPOR:

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da habilitação da empresa **DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostos:

I. FATOS

Aos 12 dias de março de 2025, foi realizado a abertura do certame do Pregão Eletrônico Nº 08/2025, que visava em seu Objeto a “*Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle de pragas (dedetização, desratização, e afastamento de aves e morcegos nocivos)*”

Durante a fase de habilitação, a equipe técnica desta Douta prefeitura, após analisar os documentos apresentados pela empresa recorrida, não se atentou ao documento exigido para fins de comprovação técnica, mais precisamente o Alvará da Vigilância Sanitária, no qual não fora apresentado, bem como também não contemplou em sua Planilha de Composição de Custos, valores e cálculos corretos, conforme determina a legislação e a convenção coletiva, sendo considerado habilitado, de maneira errônea.

Assim, a fim de reverter a habilitação da empresa ora consagrada vencedora, esta recorrente apresenta peça recursal.

II. PRELIMINARES

a. Da Ampla defesa e da Tempestividade

Após abertura de prazo para manifestação de recurso no decorrer do certame, a empresa recorrente manifestou intenção no chat argumentando:

*20/03/2025 08:53:07 **Participante 6** - Manifestamos recurso diante da ausência de documentação técnica (vigilância sanitária) bem como os custos apresentados na planilha de composição de custos, conforme será demonstrado em peça recursal.*

O direito ao oferecimento de recurso administrativo, no que diz respeito as licitações e contratos administrativos, é assegurado a empresa recorrente no **Art. 165, I, da Lei 14.133/21**, que reza:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

Ainda, quanto ao exercício deste direito, o **Item 11.** do referido edital reforça a determinação do prazo, estando em consonância com a legislação vigente, devendo registrar a peça e campo próprio do sistema, desta forma:

11.5 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema do BBMNET.

Portanto, esta peça recursal é munida de tempestividade. Desta forma, requer que esta interposição de recurso administrativo seja recebida.

III. MÉRITOS

a. Da Documentação Técnica

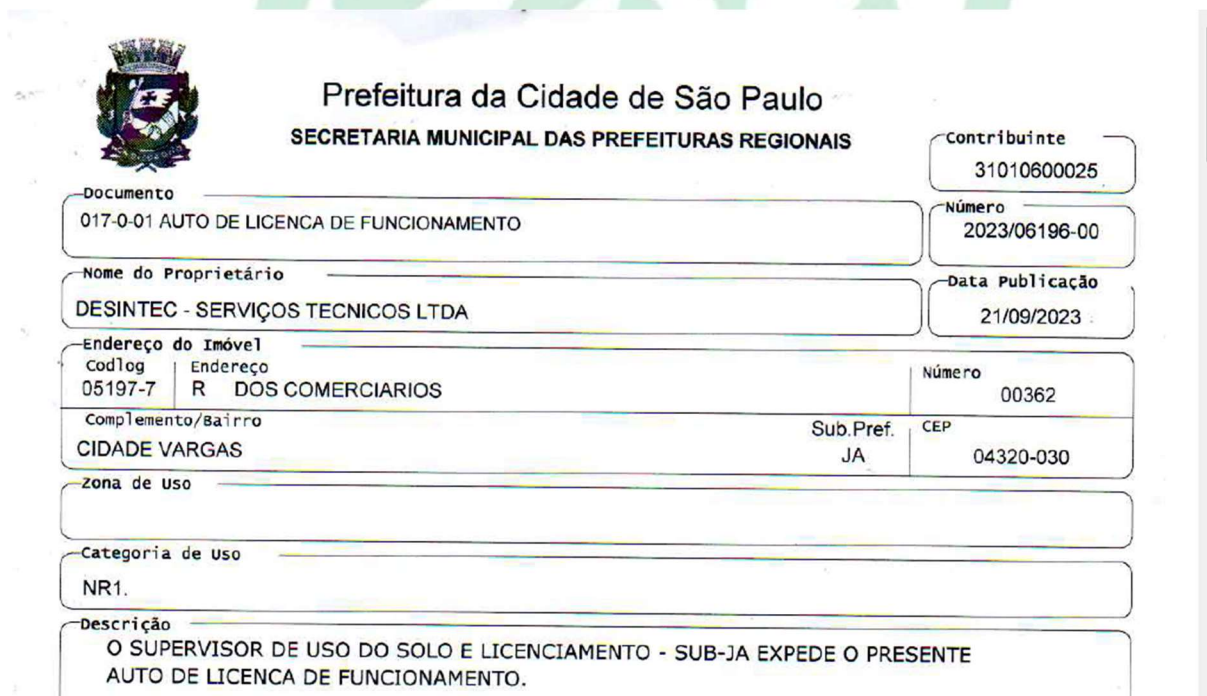
O edital trouxe, de forma bem clara, junto ao Item 10.13 Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021), as seguintes comprovações:


10.13.3 Licença de funcionamento, expedido pelo Órgão de Fiscalização Sanitária e Ambiental competente e/ou Licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado.

10.13.4 Alvará de Funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado.

Ao analisar os documentos anexados pela recorrida junto à plataforma, não encontramos o documento correto relacionado à Licença da Vigilância Sanitária, conforme solicitado pelo edital.

A Recorrida apenas anexou a Licença de Funcionamento, conforme segue:



 **Prefeitura da Cidade de São Paulo**
SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS

Documento 017-0-01 AUTO DE LICENCA DE FUNCIONAMENTO		Contribuinte 31010600025
Nome do Proprietário DESINTEC - SERVIÇOS TECNICOS LTDA		Número 2023/06196-00
Endereço do Imóvel Codlog: 05197-7 Endereço: R DOS COMERCARIOS		Data Publicação 21/09/2023
Complemento/Bairro CIDADE VARGAS		Número 00362
Zona de uso		Sub.Pref. JA
Categoria de uso NR1.		CEP 04320-030
Descrição O SUPERVISOR DE USO DO SOLO E LICENCIAMENTO - SUB-JA EXPEDE O PRESENTE AUTO DE LICENCA DE FUNCIONAMENTO.		

Anexou também o documento que comprova a DISPENSADA OU ISENTA DE LICENCIAMENTO perante a CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, porém ainda assim, não se trata do documento correto:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

47

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DISPENSADA OU ISENTA DE LICENCIAMENTO		Nº
		93018721
		Data
		15/09/2023

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome Desintec		
CNPJ 58.408.204/0001-46		Cadastro CETESB 1004340746
Logradouro Rua dos Comercários	Nº 362	Complemento
Bairro Cidade Vargas	CEP 04.320-030	Município São Paulo

CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

Condições do empreendimento declaradas pelo solicitante
Atividade(s) que consta(rão) no cartão do CNPJ: Combate e controle de pragas urbanas; atividade de, dedetização; serviço de, desruminização; serviço de

Apenas para auxiliar na análise ora questionada, segue abaixo o documento correto, que comprova a emissão e liberação junto à Vigilância Sanitária:



Sistema Estadual de Vigilância Sanitária
Prefeitura Municipal de TAUBATÉ

LICENÇA SANITÁRIA - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
Nº CEVS: 355410201-812-000027-1-2		DATA DE VALIDADE: 07/03/2026
Nº PROCESSO:	56086/19	
Nº PROTOCOLO:	856/2025 1DOC	DATA DO PROTOCOLO: 06/01/2025
SUBGRUPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE	
AGRUPAMENTO:	IMUNIZAÇÃO E CONTROLE PRAGAS URB. SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO	
ATIVIDADE ECONÔMICA-CNAE:	8122-2/00 CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	
OBJETO LICENCIADO:	ESTABELECIMENTO	
DETALHE:		
RAZÃO SOCIAL:	BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA	CNPJ ALBERGANTE:
NOME FANTASIA:	BASSI AMBIENTAL	
CNPJ / CPF:	33.953.312/0001-79	
LOGRADOURO:	INDEPENDÊNCIA	NÚMERO: 1639
COMPLEMENTO:	CASA 01	
BAIRRO:	Jardim Independência	
MUNICÍPIO:	TAUBATÉ	
CEP:	12032-000	UF: SP
PÁGINA DA WEB:		

ROLE DE PRAGAS LTDA)
BAB8-C39F-7C02-318C

ROLE DE PRAGAS LTDA
BASSI-C39F-7C02-318C

Por fim, não restam dúvidas de que a empresa recorrida não cumpriu com as exigências técnicas solicitadas no referido instrumento convocatório, razão pela qual deve ser considerada inabilitada.

b. Da Planilha de Composição de Custo

Facilmente se observa que o preço final ofertado pela recorrida é inexequível, com proposta abaixo de 50% do valor estimado. O próprio edital previu tal exigência, conforme segue:

9.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

Diante desta determinação, o pregoeiro solicitou em chat que fosse apresentado a planilha de composição de custos para a verificação da exequibilidade da proposta, conforme segue:

12/03/2025 14:05:13 Pregoeiro - De acordo com o item 9.9 do Edital, dado o percentual de desconto concedido na fase de lances, em sede de diligência solicitamos à empresa DESINTEC SERVICOS TECNICOS LTDA o envio, num prazo de 2 (dois) dias úteis a contar desta solicitação, uma Planilha de Composição de Custos detalhada (incluindo impostos, taxas, encargos sociais, etc), com a finalidade de se verificar a exequibilidade do objeto.

Ocorre que, ao analisar a planilha ora apresentada e pré-aprovada pela área técnica da própria prefeitura, detectou-se que a mesma não contemplou todos os custos e encargos da maneira correta, não estimando o quantitativo ideal de funcionários para a completa realização do serviço, objeto desta contratação.

Alguns pontos em destaque que carecem de atenção para que seja realizada uma análise correta a fim de garantir a execução do serviço de acordo com as necessidades e responsabilidades da prefeitura, bem como a segurança de todos os envolvidos.

1. Número de Funcionários e Responsável Técnico:

A planilha não contempla o número correto de funcionários necessários para a execução dos serviços. É fundamental que, para a realização do serviço, sejam alocados no mínimo **3 ou 4 funcionários** qualificados para o serviço, pois **apenas dois funcionários** não são suficientes para a demanda e segurança da operação.

Além disso, é imprescindível que o **responsável técnico** seja considerado nos custos apresentados, visto que sua presença é essencial para o acompanhamento e conformidade das atividades.

2. **Deslocamento de Veículos:**

A proposta não leva em consideração o número adequado de veículos para o deslocamento. Considerando que o serviço precisa ser realizado **4 vezes por semana**, é necessário que sejam previstos **no mínimo 3 veículos** para o transporte da equipe, garantindo a mobilidade e pontualidade das atividades entre São Paulo e Taubaté.

3. **Produtos Utilizados:**

A proposta não especifica adequadamente o tipo de produto que será utilizado na execução do serviço. Sabemos que o problema atual da prefeitura envolve a **infestação de escorpiões**, e, portanto, é essencial que os produtos utilizados sejam **de alta qualidade e eficácia**. A segurança das crianças nas escolas municipais deve ser priorizada, e, por esse motivo, não podemos aceitar o uso de **produtos de baixa qualidade**, que podem comprometer tanto a eficácia do serviço quanto a segurança dos envolvidos. Assim se faz necessário uma especificação detalhada dos produtos que serão utilizados, com a devida garantia de que atendem aos requisitos de segurança e eficácia exigidos pelo município.

Portanto, diante dos pontos expostos acima, facilmente se observa que a planilha de custos da empresa recorrida deixou de comprovar a sua exequibilidade de forma satisfatória, não podendo ser aceita pela municipalidade.

Diante disso, fica evidente que a empresa não tem condições técnicas de cumprir corretamente o contrato, podendo colocar em risco tanto a logística da realização do mesmo mas principalmente a qualidade e importância do objeto junto às crianças das escolas municipais, requerendo assim que a Nobre Prefeitura declare a inabilitação da empresa ora consagrada vencedora.

I. **PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

- a) O recebimento deste recurso conforme **Art. 165, I, da Lei 14.133/21** para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025;

- b) A reforma da decisão de habilitação da empresa recorrida, ora consagrada vencedora, declarando-a inabilitada;
- c) A convocação da próxima empresa melhor colocada na sequência do lote, para apresentação de documentos de habilitação e a referida planilha de custos;
- d) Caso seja desfavorável a decisão final proferida pelo Sr. Pregoeiro e sua comissão, requer a revogação ou declaração de nulidade deste certame, conforme **Art. 165, I, a, da Lei 14.133/21**;
- e) O levantamento de todos os meios de provas garantidas em direito.

Termos em que,
pede deferimento.

Taubaté, 25 de março de 2025.



Fábio Bassi Gianico - Sócio Proprietário
RG: 28.091.409-X / CPF: 219.727.878-96

Empresa: DEDEFONE Serviços e Controle de Pragas Ltda
CNPJ: 18.023.270/0001-83
Inscrição Estadual: Isento - Inscrição Municipal : 3036613
Endereço Rua Visconde de Sepetiba, nº 90 loja 101 Centro - Niteroi CEP 24.020-206
Telefone: (21) 99298-9354 (21) 99792-4539
E-mail: isabelmelolicitacoes@gmail .com ou atendimento@dedefone.com.br
Representante: Rogger Luiz da Silva Faria Identidade 217230127 CPF 116.443.597-31
Banco: Itau / agencia 8563 / c/c 53291-3
Site: www.Dedefone.com.br

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL
TAUBATÉ-SP****Pregão Eletrônico nº: 003/2025**

OBJETO: Contratação de serviços de controle de pragas, englobando desinsetização, desratização e descupinização, com fornecimento de insumos, materiais, equipamentos, epi e ferramentas necessárias para a execução dos serviços em Taubaté-SP e suas dependências, por um período de 12 meses.

A empresa **DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.023.270/0001-83, com sede a Rua Visconde de Sepetiba, nº 90 loja 101 Centro, CEP 24.020-206 – Niterói/RJ, por meio de seu representante legal, **onde deverão ser encaminhadas todas as intimações**, vem, perante Vossa Senhoria, nos termos do art. 165, I, “c”, da Lei 14.133/21, apresentar:

- RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO -

Em razão da indevida desclassificação desta recorrente no presente processo por conta da ausência da entrega da proposta de maneira física, antes da fase de lances, pelos motivos adiante fundamentados.

ACÓRDÃOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS QUE ORIENTAM A FORMULAÇÃO DESTAS RAZÕES RECURSAIS**ACÓRDÃO Nº 988/2022 – TCU**

Nos casos em que os **documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração** e consistam em **meras declarações sobre fatos preexistentes** ou em **compromissos pelo licitante, deve ser concedido prazo razoável para o devido saneamento**, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999;

ACORDÃO Nº 015300/2023 – TCE/RJ

O princípio da **vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto**, na medida em que pode a **Administração interpretar de acordo com princípios essenciais da finalidade do procedimento licitatório**. Devem ser evitados, portanto, **rigorismos formais que não encontram conteúdos na seleção da proposta mais vantajosa**, podendo vir a afastar da concorrência possíveis proponentes, de forma a não comprometer a satisfação do interesse público.

1. DOS FATOS

Conforme consta de simples leitura do edital do presente certame, este respeitável município de Taubaté-SP lançou processo licitatório na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, cujo objeto encontra-se devidamente descrito no preâmbulo desta peça.

O certame tinha data de abertura marcado para ocorrer em 20/02/2025, ocasião em que foi realizada a abertura das propostas para disputa e classificação final no mesmo dia, **figurando esta Recorrente em segundo lugar no único lote**

Ocorre que esta Recorrente, por um mero lapso, esqueceu de juntar a proposta física inicial, tendo somente cadastrado a mesma de forma digital, o que culminou em sua indevida desclassificação pelo douto Pregoeiro, tão somente por este reles motivo.

Ocorre que, conforme será adiante demonstrado na fundamentação jurídica, a nova Lei 14.133/21, a qual rege o presente certame, privilegia a finalidade dos processos licitatórios, que é a busca da proposta mais vantajosa em detrimento da forma (aplicação do princípio do formalismo moderado), sendo que a ausência da proposta, **jamais podem ser motivos para desclassificação**, devendo ser concedido prazo razoável pelo condutor do certame para a elaboração da proposta final, uma vez que a inicial esta entregue de maneira digital, conforme vastos precedentes do Tribunal de Contas da União e também tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (este último, onde será levado o presente caso, no eventual não acatamento do presente recurso).

De igual modo, convém ressaltar que o pregoeiro, na condução do presente certame, não observou o rito previsto na NLL no que pese a convocação da proposta e da documentação de habilitação somente do licitante vencedor (art. 63, II²), o que reforça o fato de que o pregoeiro poderia ter solicitado a proposta final posteriormente, não em caráter de diligência, mas sim seguindo o rito adequado da Lei 14.133/21, exigindo a proposta juntamente com toda a documentação somente do vencedor.

A lei não precisa tratar exatamente dessa questão pq veja, é mesmo uma questão de lógica: se vc cadastra uma proposta inicial num processo que PRESSUPÕE a ampla disputa, isso significa que ao final da disputa o seu preço será outro (melhor proposta) e, por essa razão, não faz sentido vc apresentar proposta ANTES dessa fase, somente depois.

Na verdade a lei nº 14.133, de 2021, indica expressamente que os prazos do Art. 55 são “para apresentação de propostas”. Este é exatamente o prazo dado às empresas para a elaboração e apresentação da proposta inicial, Não ha outro prazo legal para esta finalidade. No entanto, note que quando se fala em proposta inicial nao se esta falando de anexos e sim de cadastramento de informações nos campos do sistema eletronico de licitação. O que a empresa cadastra no sistema é proposta para todos os fins legais, independentemente de quaisquer anexos.



DEDEFONE

LAS FARIA SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS
CNPJ 1802227/00001-82

dedefone.com.br

Unidade - Rio de Janeiro

Rua da Candelária, 65 - 16º andar - Centro, RJ

Unidade - Niterói

Rua Visconde de Sepetiba, 90 - Loja 101 - Centro, RJ

Plantão 24 Horas

(21) 99792-4539

Entre em contato

(21) 2617-6517 / (21) 2617-8661

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VENCEDOR)- LEI 14.133/21

Conforme já tratado na narrativa fática, a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) inovou com relação ao antigo procedimento previsto na Lei 10.520/02 (Lei do Pregão) e Decreto 10.024/19 (Regulamento do Pregão Eletrônico), trazendo a disposição de que a documentação de habilitação deverá ser exigida **somente do licitante vencedor**. Vejamos a clara disposição do art. 63, II:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

[...]

II - **será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

Inobstante tal previsão disposta acima, percebe-se que, na condução do presente certame, o douto pregoeiro analisou somente a proposta já juntada pelos participantes antes da disputa, isto é, as documentações.

Chama-se a atenção para este fato, considerando que a Recorrente veio a ser desclassificado por não ter juntado a proposta inicial de maneira física, contudo, tal documento **não era ainda exigível no momento em que a Recorrente cadastrou sua proposta**.

Sendo assim, registra-se que é indevido a desclassificação por ausência de proposta inicial.

Isto posto, requer seja **ANULADO** o ato de **desclassificação** da empresa ora Recorrente devido à ausência da Proposta física inicial.

2.2. DA POSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTO FALTANTE

Conforme consta da Ata do presente certame, a Recorrente veio a ser desclassificação tão somente por ter esquecido de juntar a proposta inicial de maneira física. Vejamos a previsão:

5.1.3 - Planilha de Proposta, conforme modelo presente no Anexo I; 5.1.4 - A documentação descrita acima deverá ser anexada no campo denominado "FICHA TÉCNICA",

Superado o fato de que tal documento deveria ter sido enviado somente após a convocação do pregoeiro, junto dos demais documentos de habilitação (seguindo estritamente o rito do art. 63, II da Lei 14.133/21), percebe-se que o documento em comento consiste numa **PROPOSTA, que inclusive, já havia sido**

Frise-se que, por este motivo, a ausência desta proposta física, antes da fase de lances, JAMAIS poderia ser motivo hábil para fundamentar uma desclassificação e contratar com propostas menos vantajosa, afinal, **certames públicos não são gincanas**. A administração não abre um procedimento custoso

e burocrático destes para buscar no mercado os melhores “juntadores” de documentos, mas sim aqueles que apresentam a proposta mais vantajosa. É a famosa busca da finalidade do procedimento em detrimento da forma.

O art. 64, § 1º da Lei 14.133/21 é clara como o sol ao dispor do poder/dever da administração em realizar diligência para saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica. Vejamos:

Art. 64[...] § 1º **Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,** mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na ocasião, está-se tratando aqui de um documento de proposta inicial física, e que não tem o condão de desclassificar uma empresa, uma vez que, sendo o documento de fácil elaboração, inclusive elaboração digital, ele pode ser simplesmente preenchido e enviado de maneira digital,

É certo que, infelizmente, a administração se encontra, talvez, um tanto quanto desatualizada e desconhece completamente essa ordem de ideias, que já está até “batida” no contexto das licitações públicas e em várias ocasiões foi reiterada pelo Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão 1.211/21, cuja ementa abaixo colaciona-se:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e

**DEDEFONE**

Imunização e Serviços

LAS FARIA SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS

CNPJ 1802327/00001-83

dedefone.com.br

contato@dedefone.com.br

acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprovatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

A propósito, oportuna a reflexão e crítica do professor Joel de Menezes Niebuhr³, no que pese ao Acórdão 1.211/21 (Acórdão este responsável por elevar o protagonismo do formalismo moderado em certames públicos), avaliando que:

Em que pesem as críticas, o Acórdão n. 1.211/2021 externa a orientação do Tribunal de Contas da União sobre o assunto, que é

cada vez mais flexível. Sem levar em conta a legalidade, a orientação é vantajosa para o interesse público, de modo que a Administração não afaste licitante que de fato cumpre os requisitos exigidos no edital. O problema é a razão da crítica são a legalidade, que não andou no mesmo passo e que não poderia ser desprezada ou distorcida como malgrado foi. Certo ou errado, o entendimento do Tribunal de Contas da União, especialmente, é o que deve prevalecer perante a Administração Pública, especialmente, no âmbito federal, diante da sua posição de protagonismo perante os órgãos de controle.

Vejamos, ainda, trecho do relevantíssimo Acórdão 988/2022, cuja aplicação do entendimento do formalismo moderado amolda-se como uma luva ao presente caso concreto. Na ocasião do processo de representação que chegou ao Tribunal de Contas da União, uma empresa foi desclassificar no processo **tão somente por não ter juntado uma declaração elaborada em consonância com o modelo fornecido pelo Edital** (igualzinho ao presente caso concreto). Vejamos qual foi a conclusão dos eminentes ministros com relação a conduta da administração, que na pessoa do pregoeiro, desclassificou indevidamente a empresa:

ACÓRDÃO Nº 988/2022 – TCU

[...]

9.4.2 nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, deve ser concedido prazo razoável

³ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e Contrato administrativo. 5.ed. Belo Horizonte: Fórum, Belo

para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999;

Nesse sentido, resta evidente que o princípio do formalismo moderado determina que a Administração Pública deve buscar aproveitar ao máximo os documentos habilitatórios, bem como, **em caso de ausências, incompletudes ou mesmo imperfeições, deve-se utilizar da diligência ou do saneamento para integrar as informações importantes a fim de obter uma boa contratação.**

Nesse passo, é de todo oportuno destacar, mais uma vez e a exaustão, que bastava o Pregoeiro realizar diligência objetivando melhor instruir o processo licitatório, concedendo um prazo razoável para que esta recorrente juntasse a proposta final, para que, após a sua efetivação, concluísse pela desclassificação ou classificação, a depender do resultado da diligência, visando sempre, obter a proposta mais vantajosa a fim de atender ao interesse público.

Cabe ressaltar que a realização de diligências para esclarecimento ou a complementação de informação acerca do conteúdo da documentação habilitatória é um dever da Administração em atenção aos princípios da verdade material e da legalidade, como vem apregoando a doutrina majoritária. Cita-se, por

exemplo, o entendimento de Marçal Justen Filho 4, reproduzido abaixo:

O laconismo da disciplina legal quanto à realização de diligências não implica existir autonomia da Administração para determinar a sua ocorrência segundo critério de conveniência e oportunidade.

A realização da diligência é um dever da Administração e se configura como um direito do particular. Assim, se passa porque **a preservação da participação do licitante atende ao interesse da Administração**, tanto quanto assegura a competição mais ampla entre os particulares.

O próprio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro assim já se manifestou no ano passado (2023):

REPRESENTAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PRINCÍPIO DA FORMALIDADE. PRINCÍPIO DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. INTERESSE PÚBLICO.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não é absoluto, na medida em que pode a Administração interpretar de acordo com princípios essenciais da finalidade do procedimento

FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. 2R ed..São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023, pag. 832/833

Devem ser evitados, portanto, rigorismos formais que não encontram conteúdos na seleção da proposta mais vantajosa, podendo vir a afastar da concorrência possíveis proponentes, de forma a não comprometer a satisfação do interesse público.

ACORDÃO Nº 015300/2023-PLENV, Processo TCE-RJ nº 242.911-1/22, Relatora: Conselheira Marianna Montebello Willemann, Plenário Virtual: 13/02/2023

Mais recentemente, no corrente ano de 2024, o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro teve nova oportunidade de se debruçar em caso similar ao ocorrido no presente certame (possibilidade de juntada posterior de documentos). Vejamos trecho da decisão:

Processo: 219070-0/24 Origem:
PREFEITURA CARMO
Natureza: REPRESENTAÇÃO EM FACE DE LICITAÇÃO
Observação: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO LIMINAR EM
FACE DO EDITAL DE PREGÃO
PRESENCIAL 0013/2024 – MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS ENGLOBANDO O
FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA

[...]

A nosso pensar, havia no caso em exame **a necessidade da realização de diligência pelo Pregoeiro para possibilitar ao Re-**

presentante a apresentação da certidão de regularidade do profissional da contabilidade, prevista no § 3º do artigo 1º da Resolução CFC nº 1.637/2021 (item 12.3.1 do edital), **a fim de sanar a ausência desse documento, considerando que o teor do citado documento é anterior ao processo licitatório.**

[...]

Nesse sentido, merece destaque o disposto no § 1º do artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, a denominada “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos” (NLL):

*“Art. 64[...] § 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação **poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, me-*

**DEDEFONE**

Imunização e Serviços

LAS FARIA SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS

CNPJ 1802327/00001-83

dedefone.com.br

contato@dedefone.com.br

despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

art. 59... § 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

Desta feita, foi identificada a ocorrência de afronta ao princípio do formalismo moderado, o que pode impedir a obtenção da proposta mais vantajosa ao afastar do certame o Representante, e, por conseguinte, a anulação do ato que inabilitou a sociedade empresária Infinity Auto Parts Ltda. constitui-se em uma medida eficaz e suficiente para corrigir a irregularidade.

Posto isso, a melhor solução seria a anulação da sessão que desclassificou a Representante, oportunizando a entrega da certidão de regularidade do profissional que responde pela contabilidade da empresa licitante e a posterior realização da abertura das propostas, **devendo ser garantida a participação em todas as fases do certame daquelas empresas que atenderem às regras previstas no edital.**

Douto Pregoeiro, não é preciso de mais para entender que, quando os documentos faltantes para a habilitação em pregões forem simples de produzir e se limitarem a declarações sobre fatos já conhecidos ou compromissos assumidos pelo licitante, **deve-se conceder um prazo adequado para que sejam apresentados**, respeitando os princípios de flexibilidade formal e, sobretudo, do bom senso. **Afinal, será difícil explicar depois ao TCE/RJ que houve a contratação de proposta menos vantajosa e com empresa sediada bem distante do Estado tão somente por um formalismo irrelevante desses, ocorrido no presente processo e facilmente contornável.**

Tendo em vista a exposição jurídica acima, requer seja **ANULADO** o ato de desclassificação desta Recorrente em razão da ausência da entrega da proposta inicial de maneira física, devendo retornar a fase de habilitação, posto que apresentou a proposta mais vantajosa ao erário, com fundamentos no art. 64, § 1º da Lei 14.133/21, Acórdão 988/2022 e 1.211/21 do Tribunal de Contas da União e Acórdão 015300/2023 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

3. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto nesta peça recursal, requer-se, respeitosamente, digne-se o douto Pregoeiro a:

a) ANULAR o ato de desclassificação desta Recorrente em razão da ausência da entrega de proposta inicial, voltando a análise completa da

Por fim, consigna-se respeitosamente, desde logo, que caso não seja acatada as presentes razões recursais, esta Recorrente considerará levar o caso ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, mediante Representação da Lei 14.133/21, considerando que houve claro desrespeito a precedentes do citado tribunal e também do TCU, no que pese a juntada de documentos desta recorrente melhor classificada no certame (princípio do formalismo moderado), o que acabará ensejando numa contratação mais cara e com empresa sediada em outro Estado da Federação, que sequer possui a devida licença ambiental para prestar os serviços objeto deste certame, nos termos da Legislação Estadual.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Niteroi, 25/03/2025.

Luiz Antonio da Silva Faria CPF 373.252.137-00

LUIZ ANTONIO
DA SILVA
FARIA:3732521
3700

Assinado de forma
digital por LUIZ
ANTONIO DA SILVA
FARIA:37325213700
Dados: 2025.03.25
16:57:35 -03'00'



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Processo Administrativo 1Doc n. 2.178/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico n. 08/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle de pragas (dedetização, desratização, e afastamento de aves e morcegos nocivos), com aplicação de produtos de primeira qualidade, aprovados pela Inspeção Sanitária competente, para as unidades de ensino e demais prédios subordinados à Secretaria Municipal de Educação, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis conforme interesse da Municipalidade e legislação vigente.

Assunto: Análise Técnica da Secretaria Municipal de Educação quanto às peças recursais apresentadas pelas empresas BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA. e DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA.

Ao

Departamento de Compras

Em face às peças recursais, tempestivamente impetradas, pelas empresas BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA. e DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA. ao Pregão Eletrônico n. 08/2025, a Secretaria de Educação, unidade gestora do certame em tela, apresenta suas considerações quanto à matéria apresentada.

1. No que tange à peça recursal apresentada pela empresa BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA.

1.1. Quanto às alegações provenientes do item III. Méritos, subitem a. Da Documentação Técnica.

A requerente evidencia a solicitação do Edital referente aos subitens 10.13.3 e 10.13.4, ambos oriundos do item 10.13 Qualificação Técnica cujos referem-se a exigência de apresentação de Licença de Funcionamento, expedida pelo órgão de fiscalização sanitária e ambiental competente e/ou licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde a licitante estiver instalada, e Alvará de Funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde a licitante estiver instalada.

Desta forma, a requerente afirma que ao analisar a documentação de habilitação encartada pela licitante preliminarmente declarada vencedora DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. na Plataforma de realização da sessão de Pregão Eletrônico não foi encontrado documento correto no que tange à Licença da Vigilância Sanitária, encontrando-se apenas a Licença de Funcionamento e Declaração de Dispensa ou Isenção de Licenciamento emitido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, culminando assim no descumprimento de exigências técnicas solicitadas em instrumento convocatório e necessidade de inabilitação da licitante. Isto posto, passamos à análise técnica desta Secretaria Municipal de Educação a seguir.

Em análise a documentação encaminhada na fase de habilitação do certame pela licitante DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. a Secretaria Municipal de Educação identificou as documentações abaixo elencadas da seguinte forma:

- *Item 10.13.3 Licença de funcionamento, expedido pelo Órgão de Fiscalização Sanitária e Ambiental competente e/ou Licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado:*



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

47

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DISPENSADA OU ISENTA DE LICENCIAMENTO	Nº 93018721
	Data 15/09/2023

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome Desintec		
CNPJ 58.408.204/0001-48		Cadastro CETESB 1004340748
Logradouro Rua dos Comerciantes		Nº 362
Bairro Cidade Vargas		CEP 04.320-030
		Município São Paulo

CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

<p>Condições do empreendimento declaradas pelo solicitante</p> <p>Atividade(s) que consta(rão) no cartão do CNPJ: Combate e controle de pragas urbanas; atividade de, desinfestação; serviço de, descontaminação; serviço de, desinfestação; serviço de, descontaminação; serviço de, fumigação; serviço de, imunização e combate de pragas urbanas; serviços de, imunização e controle de pragas urbanas; serviços de.</p> <p>Não está localizado em Área de Proteção de Mananciais - APM e nem em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM das bacias hidrográficas de interesse regional criadas por lei estadual específica.</p> <p>A implantação do empreendimento não implicará supressão de vegetação nativa ou intervenção em área de preservação permanente.</p>
--

DECLARAÇÃO

<p>O interessado presta a seguinte declaração: 1. Não haverá intervenção em área de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa ou corte de árvores nativas isoladas, que não estão previstas na Deliberação Consórcio Normativa 01/2019, de 30/04/2019.</p>
--

RESULTADO

<p>A CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 8 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, e com base nas informações prestadas pelo interessado, declara que a atividade desenvolvida pelo empreendimento não está sujeita ao licenciamento ambiental no âmbito desta Companhia.</p> <p>A presente declaração foi concedida com base nas informações declaradas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer outra natureza exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.</p> <p>O presente documento refere-se especificamente à atividade e ao endereço supra citado.</p>

EMITENTE

<p>Local: São Paulo Esta autorização de número 93018721 foi certificada por assinatura digital. Para verificação de sua autenticidade consultar o site da CETESB na internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br</p>

Pág. 1/1

Documento assinado digitalmente pela CETESB
sexta-feira, 15 de setembro de 2023 às 17:46:48.

- Item 10.13.4 Alvará de Funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo



Prefeitura da Cidade de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS

Contribuinte
31010600025

Documento
017-0-01 AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Número
2023/06196-00

Nome do Proprietário
DESINTEC - SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

Data publicação
21/09/2023

Endereço do imóvel
Código Endereço
05197 7 R DOS COMERCIARIOS

Número
00362

Complemento/salão
CIDADE VARGAS

Sub.Pref. CEP
JA 04320-030

Zona de uso

Categoria de uso

NR1.

Descrição

O SUPERVISOR DE USO DO SOLO E LICENCIAMENTO - SUB-JA EXPEDE O PRESENTE AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO.

USO DO IMÓVEL:

- USO NÃO RESIDENCIAL COMPATÍVEL COM A VIZINHANÇA RESIDENCIAL -
Serviços técnicos de confecção ou manutenção.

ESTABELECIMENTO: DESINTEC - SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, C.C.M.: 94801495,
C.N.P.J.: 58.408.204/0001-46, ATIVIDADE(S): Serviços de manutenção
residencial e predial- Imunização e controle de pragas urbanas, ÁREA
OCUPADA: 360,00 M2, LARGURA DA VIA: 13,00 M,

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

WLADIMIR DE SOUSA SIPELLI

CREA 5071283115

ZONEAMENTO : QA/006; ZER 2; MA/002

AMPARO LEGAL:

1) LEIS: 10.205/86 E 16.402/16 - DECRETOS: 49.969/08 E 57.378/16

RESSALVAS:

1) EMISSÃO DE RUÍDO: DAS 07:00 AS 19:00 HS NCA < = 50 DECÍBEIS
EMIÇÃO DE RUÍDO: DAS 19:00 AS 22:00 HS NCA < = 45 DECÍBEIS
EMIÇÃO DE RUÍDO: DAS 22:00 AS 07:00HS NCA < = 40 DECÍBEIS
PREVISÃO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS: 5 VAGAS.
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE: 08:00 AS 22:00 HORAS.

NOTAS:

1) NOVO AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DEVERÁ SER SOLICITADO QUAN
DO OCORREREM ALTERAÇÕES REFERENTES: AO TIPO OU CARACTERÍSTICA DE
ATIVIDADE, MODIFICAÇÕES NA EDIFICAÇÃO UTILIZADA, AO CADASTRO DE
CONTRIBUINTES MOBILIÁRIOS - CCM, A RAZÃO SOCIAL OU A PROPRIEDADE
DO ESTABELECIMENTO.

Requerimento
31010600025-00002

PROCESSO: 6042.2023/ 0003333-2 EMISSÃO: 22/09/2023

Página
1 / 2

Código verificação: 1505.EC68.844A.4869.CD74.4F28.8C83.49C1



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo



Prefeitura da Cidade de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS

Documento		Contribuinte	
017-0-01 AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO		31010600025	
Nome do Proprietário		Número	
DESINTEC - SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.		2023/05196-00	
Endereço do Imóvel		Data Publicação	
Código endereço		21/06/2023	
05197-7 R. DOS COMERCIARIOS		Número	
Complemento/Alinco		00362	
CIDADE VARGAS		Sub. Pref. JA	
		CEP	
		04320-030	
Zona de Uso			
Categoria de uso			
NR1.			
<p>2) CONSTATADA A QUALQUER MOMENTO DIVERSIDADE ENTRE OS ELEMENTOS DE CLARADOS E A SITUAÇÃO FÁTICA DA ATIVIDADE E DA EDIFICAÇÃO, A PMSP INVALIDARÁ OU CASSARÁ ESTE AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO, SEM QUALQUER ONUS PARA O PODER PÚBLICO, E APLICARÁ AO INFRATOR AS PENALIDADES PREVISTAS EM LEI.</p> <p>3) O RESPONSÁVEL TÉCNICO ACIMA QUALIFICADO ATESTA, PARA A EDIFICAÇÃO, O ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, AS REGRAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, INCLUSIVE QUANTO AOS REQUISITOS DE SEGURANÇA E SUA MANUTENÇÃO.</p> <p>4) O PRESENTE AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO FOI EXPEDIDO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÕES E/OU ATESTADOS INTEGRANTES DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE, OS QUAIS DEMONSTRAM O ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE.</p> <p>OBS.:</p> <p>1) ATIVIDADE: SERVIÇOS TÉCNICOS DE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS.</p> <p>CATEGORIA DE USO: NR1-7</p> <p>CONFORMIDADE DE USO: CONFORME</p> <p>RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: MARCIO DE DEUS - RG: 18.541.287-7</p> <p>CNAE: 81.22.2-00</p> <p>ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO: 360,00 M2</p> <p>ATIVIDADE COMPLEMENTAR: NÃO</p>			
Requerimento		Página	
31010600025-00002		2 / 2	
PROCESSO: 6042. 2023/ 0003333-2 EMISSÃO: 22/06/2023			
Código verificação: 1505.ec68.844A.4869.cd74.4f28.8ce3.49c1			

Ao analisar ambas documentações em relação ao solicitado nos itens do Edital supracitados a Secretaria Municipal de Educação julgou ambas como pleno atendimento ao solicitado, dada a emissão de uma por



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

órgão de controle ambiental (Declaração de Atividade Dispensada ou Isenta de Licenciamento, emitida pela CETESB) e nomenclatura de Auto de Licença de Funcionamento utilizada na segunda, emitida pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Os conteúdos de ambas também remeteram a análise ao atendimento das exigências de qualificação técnica levantadas em Edital.

Após análise ao recurso apresentado a Secretaria Municipal de Educação realizou contato com a Vigilância Sanitária Municipal de Taubaté, órgão que nos esclareceu o conteúdo na íntegra de um Alvará de Funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária, bem como informou como pesquisar a existência de tal documentação vigente para quaisquer empresas disponíveis no mercado.

Frente a tal esclarecimento técnico a Secretaria Municipal de Educação extraiu de sítio eletrônico Sistema de Informação em Vigilância Sanitária – SINVISA a pesquisa abaixo descrita que comprova que a licitante DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. possui Alvará expedido pela Vigilância Sanitária em vigência, conforme print abaixo:

The screenshot displays the SINVISA (Sistema de Informação em Vigilância Sanitária) interface. At the top, there's a search filter section with fields for CNPJ (38.438.234/0001-48), Razão Social (DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA), and other details. Below this, a table titled 'Resultado da Pesquisa' shows a single entry for 'CONTROLE DE PRAGAS URBANAS' with a status of 'DEFERIDO' and a date of '19/08/2025'. A detailed view of this entry is shown, indicating it was deferred due to a pending renewal of the license for urban pest control services. The bottom part of the screen shows a list of similar entries for the same service, all with the same status and date.

Considerando tal panorama, e partindo do pressuposto de que apesar de possuir a documentação exigida em Edital a licitante DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. não procedeu com o encarte da mesma em tempo adequado ao certame, julgamos esta alegação da empresa BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA., quanto à habilitação da empresa classificada preliminarmente como vencedora sem a apresentação de determinada documentação, procedente.

1.2.Quanto às alegações provenientes do item III. Méritos, subitem b. Da Planilha de Composição de Custos

A requerente alega que o preço final ofertado pela licitante DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. é inexequível, com proposta abaixo de 50% do valor estimado, e destaca que, conforme previsto em Edital, a Pregoeira do certame procedeu com a solicitação de apresentação de Planilha de Composição de Custos para comprovação de exequibilidade.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Em análise à Planilha de Composição de Custos apresentada pela licitante DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., a requerente afirma que a mesma não contemplou todos os custos e encargos da maneira correta, não estimando o quantitativo ideal de funcionários para a completa realização do serviço, objeto desta contratação. A requerente conclui tecendo uma série de narrativas que contemplam número de funcionários, logística de transporte e materiais a serem utilizados. Isto posto, passamos à análise técnica desta Secretaria Municipal de Educação a seguir.

Conforme usualmente disposto em todos os Editais de Pregões Eletrônicos promovidos pela Prefeitura Municipal de Taubaté, o item 9.9 permite, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, a realização de diligências para comprovação da exequibilidade da proposta apresentada.

A Planilha de Composição de Custos apresentada pela licitante DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. contemplou todas as exigências técnicas para a realização da prestação de serviços objeto do Pregão Eletrônico n. 08/2025, envolvendo todas as frentes de custos necessárias para a mesma. Porém, o Edital que rege o certame não contemplou descritivo técnico direcionado à exigência de número de profissionais, veículos ou quantidades mínimas de materiais a serem utilizados.

Procurou-se em meio do Termo de Referência que norteou a matéria pautar-se nos descritivos técnicos, legislação pertinente, e descrição detalhada das unidades de ensino e prédios alvos da prestação de serviços, tais como suas localidades, metragens totais, periodicidade dos serviços dentre outras informações claras e suficientes para composição dos custos, informações estas consideradas na planilha apresentada pela vencedora preliminar do certame.

Por fim, julgamos as alegações da requerente BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA., com relação a inadequação e insuficiência de dados na Planilha de Composição de Custos apresentada pela licitante preliminarmente vencedora DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., improcedentes.

1.3. Conclusão:

Diante ao exposto na análise técnica realizada, opinamos pelo DEFERIMENTO PARCIAL da peça recursal apresentada pela empresa BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA., dada a ausência de apresentação do Alvará de Funcionamento, emitido pela Vigilância Sanitária, pela licitante DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., mesmo após comprovação de existência da mesma, via pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Educação, com assistência da Vigilância Sanitária Municipal, sendo a parcialidade do deferimento pautada na recusa das alegações referentes a inconsistência de dados apresentados na Planilha de Composição de Custos.

2. No que tange à peça recursal apresentada pela empresa DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA.

A licitante alega que sua desclassificação foi indevida por conta da ausência da entrega da proposta de maneira física, antes da fase de lances, já que por um mero lapso, esqueceu de juntar a proposta física inicial, tendo somente cadastrado a mesma de forma digital, o que culminou em sua indevida desclassificação pelo douto Pregoeiro, tão somente por este reles motivo.

Alega ainda que sua desclassificação pautou-se unicamente por não ter juntado a proposta inicial de maneira física e que, contudo, tal documento não era ainda exigível no momento em que a requerente cadastrou sua proposta. Sendo assim, registra que é indevida sua desclassificação por ausência de proposta inicial e requer que



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

seja anulada a sua desclassificação. Isto posto, passamos à análise técnica desta Secretaria Municipal de Educação a seguir.

Cremos haver algum equívoco por parte da requerente com relação ao termo “proposta física”. O certame em tela consiste em um Pregão Eletrônico, realizado 100% por meio de plataforma online, onde não há nenhum tipo de exigência de documentação física em nenhuma das suas fases.

A desclassificação da requerente dpautou-se no descumprimento dos itens 5.1.3 e 5.1.4 do Edital, abaixo transcritos, cuja documentação correspondente aos mesmos não foi anexada em campo pertinente na plataforma de desenvolvimento do certame:

5.1.3 - Planilha de Proposta, conforme modelo presente no Anexo I;

5.1.4 - A documentação descrita acima deverá ser anexada no campo denominado “FICHA TÉCNICA”, presente na plataforma eletrônica da BBMNET. A não apresentação resultará na desclassificação da Licitante.

Porém, dado o caráter das alegações referente a condução da sessão, sugerimos o trânsito do presente recurso à Pregoeira Municipal para maiores esclarecimentos, mas, de imediato, manifestamos plena concordância à ação de desclassificação da recorrente pelas razões aqui apresentadas.

2.1. Conclusão:

Diante ao exposto na análise técnica realizada, opinamos pelo INDEFERIMENTO das contrarrazões apresentadas pela empresa DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA., e sugerimos trânsito à Pregoeira Municipal, dada a necessidade de manifestação quanto a condução do certame no que tange à desclassificação da requerente.

Taubaté, 01 de abril de 2025.

Edson Donizeti da Silva

Gestor de Infraestrutura e Patrimônio da Educação

João Guilherme Duque Patto

Diretor do Depto. de Infraestrutura e Patrimônio da Educação

Samara Regina da Costa

Área de Orçamento e Contratos da Educação

Prof. Hécio Carvalho dos Santos

Secretário de Educação



Prefeitura Municipal de Taubaté

À Procuradoria Administrativa

Através de procedimento licitatório sendo realizado na modalidade Pregão Eletrônico de número 08/25, procuramos identificar a melhor alternativa, para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle de pragas (dedetização, desratização, e afastamento de aves e morcegos nocivos), com aplicação de produtos de primeira qualidade, aprovados pela Inspeção Sanitária competente, para as unidades de ensino e demais prédios subordinados à Secretaria Municipal de Educação, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis conforme interesse da Municipalidade e legislação vigente.

Após a sessão, de forma tempestiva, as empresas **BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA e DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, apresentaram recursos contra o resultado de habilitação referente à empresa **DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, conforme documentos anexos ao despacho nº 48. Não houve apresentação de contrarrazões.

No que tange aos assuntos abordados pelas recorrentes, por tratar de assuntos técnicos, remetemos os autos a análise da unidade técnica requisitante, a qual se manifestou pelo **deferimento parcial** do recurso interposto pela empresa BASSI, e pelo **indeferimento** das alegações apresentadas pela empresa DEDEFONE, conforme parecer da Secretária de Educação constante no despacho nº 49.

Passamos a manifestação desta pregoeira quanto à condução do certame, uma vez que a empresa DEDEFONE alega em sua peça recursal que não houve durante a referida condução a observância do rito previsto na Nova Lei de Licitação no que pese a convocação da proposta e da documentação de habilitação somente do licitante vencedor (art. 63, II), conforme segue:

A recorrente alega que foi desclassificada em decorrência da *"ausência da entrega da proposta de maneira física, antes da fase de lances"*, contudo, a licitante foi desclassificada



Prefeitura Municipal de Taubaté

pelo não atendimento ao item 5.1.3 e 5.1.4 do Edital, vejamos:

PARTICIPANTE(S) DESCLASSIFICADO(S)

Nome/Razão Social	Apelido	Documento do Licitante	Oferta Inicial	Oferta Final	Marca	ME/EPP
COMBATE CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS GERAIS LTDA EPP	Participante 7	12.560.643/0001-79	R\$ 0,3108	R\$ 0,0614	Sem Marca	Sim
Justificativa						
O participante está sendo desclassificado por não atender ao exigido no item "5.1.3 e 5.1.4 do Edital (Não inserção da proposta no campo FICHA TÉCNICA). 5.1.3 - Planilha de Proposta, conforme modelo presente no Anexo I; 5.1.4 - A documentação descrita acima deverá ser anexada no campo denominado "FICHA TÉCNICA", presente na plataforma eletrônica da BBMNET. A não apresentação resultará na desclassificação da Licitante.						
Dedefone Serviços e Controle de Pragas	Participante 12	18.023.270/0001-83	R\$ 0,3100	R\$ 0,0620	Sem Marca	Sim
Justificativa						
Desclassificação do Participante 12: O participante está sendo desclassificado por não atender ao exigido no item "5.1.3 e 5.1.4 do Edital (Não inserção da proposta no campo FICHA TÉCNICA). 5.1.3 - Planilha de Proposta, conforme modelo presente no Anexo I; 5.1.4 - A documentação descrita acima deverá ser anexada no campo denominado "FICHA TÉCNICA", presente na plataforma eletrônica da BBMNET. A não apresentação resultará na desclassificação da Licitante.						

12/03/2025	09:38:33:779	Sistema - Participante 12, clicou por meio do botão "Adicionar novos documentos de ficha técnica" o arquivo da proposta final
12/03/2025	09:41:16:382	Participante 12 - qual o prazo ?
12/03/2025	09:42:54:286	Pregoeiro - Participante 12 você não fez a inserção da proposta conforme solicitado no Edital no campo da FICHA TÉCNICA?
12/03/2025	09:43:28:699	Participante 12 - da proposta não, somente das fichas tecnicas dos produtos
12/03/2025	09:48:06:781	Pregoeiro - Desclassificação do Participante 12: Desclassificação do Participante 12: O participante está sendo desclassificado por não atender ao exigido no item "5.1.3 e 5.1.4 do Edital (Não inserção da proposta no campo FICHA TÉCNICA). 5.1.3 - Planilha de Proposta, conforme modelo presente no Anexo I; 5.1.4 - A documentação descrita acima deverá ser anexada no campo denominado "FICHA TÉCNICA", presente na plataforma eletrônica da BBMNET. A não apresentação resultará na desclassificação da Licitante.



Prefeitura Municipal de Taubaté

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1.3 - Planilha de Proposta, conforme modelo presente no Anexo I;

5.1.4 - A documentação descrita acima deverá ser anexada no campo denominado “**FICHA TÉCNICA**”, presente na plataforma eletrônica da **BBMNET**. A não apresentação resultará na desclassificação da Licitante.

De acordo com o explanado, em nenhum momento se requereu da recorrente a apresentação da "proposta física", e conforme ressaltado pela unidade requisitante em seu parecer *"O certame em tela consiste em um Pregão Eletrônico, realizado 100% por meio de plataforma online, onde não há nenhum tipo de exigência de documentação física em nenhuma das suas fases"*.

Ocorre que, mesmo diante da imposição editalícia, a empresa DEDONE, anexou de forma equivocada às fichas técnicas do serviço ofertado, conforme evidenciado no documento inserido no despacho nº 40, nomeado como "Licitante 12", quando, de fato, deveria ter anexado à Planilha de Proposta.

Assim sendo, fica evidente que em momento algum houve solicitação da proposta de forma física a referida recorrente. O que de fato aconteceu foi a sua desclassificação respaldada no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, por não ter anexado a Planilha da Proposta no campo apropriado na plataforma BBMNET, garantindo, desta forma, a transparência, a segurança jurídica e a isonomia entre os participantes.

Assim instruído, alçamos os autos ao elevado discernimento de V. Excelência com prévio trânsito pela d. Procuradoria Municipal para as determinações que couberem, conhecendo de seu conteúdo com votos pelo recebimento das apelações, por tempestivas e formalmente corretas, já que atendidos os pressupostos de admissibilidade e, diante dos fatos expostos, opinamos pelo **ACOLHIMENTO PARCIAL** do recurso apresentado pela empresa **BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, resultando na **inabilitação da empresa DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA** e pelo **NÃO ACOLHIMENTO** do recurso apresentado pela empresa **DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, mantendo assim a decisão previamente proferida em sessão que desclassificou a referida empresa do certame.

Cássia Mirella dos Reis

Agente de Contratação

Proc. Administrativo 52- 2.178/2025

De: JOSE S. - PGM-PADM-10P

Para: SEAD-DC-ACOMP - Área de Pregão

Data: 10/04/2025 às 16:00:09

Setores envolvidos:

SEGP, SEED, PGM-PADM, SEED-DEE, SEED-DIPE, SEED-DIPE-AIPE, SEED-DEE-AOCE, SEAD-DC, SEAD-DC-ACOMP, SEAD-DC-ACONT, SEFA-DR-AFT, SEFA-DAF-AC-DCTS, SEGOV-DPGE, SEED-DEE-AOCE-DPAO, SEED-DEE-AOCE-DCAC, GP, PGM-PADM-9P, PGM-PADM-10P, SEFA-DR-AFT-SF 07, SEFA-DAF

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONTROLE DE PRAGAS NAS UNIDADES DE ENSINO E PRÉDIOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR 24 MESES, PRORROGÁVEIS

Prezados, parecer jurídico em anexo com as minhas ressalvas. Atenciosamente.

—
José Geraldo Dos Santos
Procurador Municipal

Anexos:

2_178_2025_Recursos_Bassi_e_Dedefone.pdf



Prefeitura Municipal de Taubaté ***Estado de São Paulo***

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.178/2.025

Veio ao exame desta Procuradoria Administrativa o expediente em questão, a fim de que em possa me manifestar sobre 2 (dois) recursos administrativos apresentados pelas empresas **BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, às fls. 600/606, e **DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA**, às fls. 607/617.

A primeira Recorrente alega que a empresa **DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA** não teria apresentado documentação relativa à sua habilitação, notadamente quanto à qualificação técnica e ao alvará da vigilância sanitária. Sustenta também que a planilha de custos da habilitada teria sido apresentada de forma irregular, em desacordo com o edital.

Já a segunda Recorrente sustenta, por sua vez, que sua proposta foi desclassificada por equívoco procedimental, sustentando que os dados foram enviados conforme as diretrizes da plataforma e que não houve falha apta a justificar sua exclusão do certame.

Não há contrarrazões ao Recurso, de acordo com a Pregoeira.

Manifestação da Unidade Técnica às fls. 619/626. A Secretaria entendeu ser parcialmente procedente o recurso da empresa **BASSI**, considerando que, embora a empresa Recorrida possuísse alvará da Vigilância Sanitária, este não teria sido devidamente encartado no momento oportuno, o que configuraria descumprimento de exigência editalícia e comprometeria a regularidade de sua habilitação.

Quanto à alegação de inexecuibilidade da proposta da Recorrida, a unidade técnica considerou a planilha apresentada compatível com as exigências do termo de referência e entendeu não haver falha material nesse aspecto.

Já quanto ao recurso da empresa **DEDEFONE**, opinou pelo indeferimento, ao constatar que a empresa deixou de anexar a planilha de proposta no campo exigido (“Ficha Técnica”) da plataforma **BBMNET**, contrariando os itens 5.1.3 e 5.1.4 do edital, razão pela qual a desclassificação foi considerada

Pronunciamento da Sra. Pregoeira, às fls. 642/643 em que acompanha integralmente a análise da Secretaria de Educação, reconhecendo que a empresa **DESINTEC** foi habilitada de forma irregular por não ter anexado no momento apropriado o alvará sanitário exigido, razão pela qual acolheu parcialmente o recurso da **BASSI**, com sugestão de inabilitação da **DESINTEC**. Quanto à empresa **DEDEFONE**, a Pregoeira refutou as alegações de que teria sido exigida “*proposta física*”, esclarecendo que se trata de pregão eletrônico integral, sem previsão de entrega de documentos em papel, e reiterou que a desclassificação da **DEDEFONE** decorreu do descumprimento do edital quanto à forma de apresentação da planilha, o que justifica o indeferimento de seu recurso.



Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo

É o relatório. Passo a fundamentar.

Diante do resultado da classificação e habilitação e em razão dos documentos juntados nos autos, as Recorrentes apresentaram petições que atendem aos pressupostos de admissibilidade. Logo, penso que devem ser recebidas.

Pois bem. De partida, *este parecer se limita à análise do recurso administrativo, não abrangendo eventuais vícios ou nulidades originárias do edital e da fase instrutória, cuja avaliação competiu ao Procurador responsável pela análise correspondente.*

Em relação ao mérito, é sabido que o procedimento tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, seguindo rigorosamente, entre outros, os Princípios da Legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Isso significa que o Poder Discrecionário da Administração se limita à elaboração do Edital. A partir desse momento, conforme estipulado na própria Lei, a Administração Pública fica estritamente vinculada a ele.

Por outro lado, desconsiderar os requisitos e procedimentos estabelecidos no edital seria privilegiar alguns em detrimento de outros interessados que cumpriram as exigências legais, violando assim o Princípio da Isonomia. Não há espaço para interpretações divergentes quando o instrumento convocatório é claro e preciso.

No caso em questão, seguindo os procedimentos delineados no instrumento convocatório para a obtenção da proposta mais vantajosa, observa-se que o edital exigiria, a entrega dos documentos em momento oportuno somente sendo permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos em sede de diligência.

Portanto, aqueles que não estavam cientes de quais elementos deveriam ser apresentados deveriam ter questionado isso previamente, por meio do instrumento adequado antes do certame, denominado Impugnação ao Instrumento Convocatório. Após a abertura, o descumprimento do edital resulta em inabilitação.

Em todo caso, a inserção em campo impróprio da planilha orçamentária pela Recorrida DESINTEC e Recorrente DEDEFONE encontram-se em desconformidade com as regras e previsões editalícias. Logo, entende-se pela manutenção da inabilitação da primeira e inabilitação da segunda.

Por fim, quanto as alegações de inexecutabilidade alegada pela empresa BASSI, a verificação comporta exame financeiro da matéria, o qual escapa da atuação jurídica.

Assim sendo, foram analisados no presente processo, as teses aventadas no recurso, de modo que, no que tange aos aspectos jurídicos específicos do ponto de impugnação,



Prefeitura Municipal de Taubaté ***Estado de São Paulo***

restaram preservados no processo os princípios da licitação e da Administração Pública, em especial, a vinculação ao instrumento convocatório, segregação de funções, ampla defesa e o contraditório.

Ao fim do exposto, sem adentrar o mérito do ato administrativo, OPINO pelo RECEBIMENTO dos recursos administrativos formulados por BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA e DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA, posto cumprir com os pressupostos de admissibilidade recursal e, no mérito em si da demanda, pelo:

A) DEFERIMENTO PARCIAL do Recurso ofertado pela licitante BASSI, de sorte a inabilitar a concorrente DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, conforme pronunciamento às fls. 619/626;

B) INDEFERIMENTO do Recurso apresentado pela licitante DEDEFONE;

Consigne-se, por fim, que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Ao Departamento de Compras.

É o parecer.

Taubaté – SP, 10 de abril de 2025.

José Geraldo dos Santos
Procurador do Município - OAB/SP 348.235



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E33F-D22E-531A-E483

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSE GERALDO DOS SANTOS (CPF 089.XXX.XXX-06) em 10/04/2025 16:00:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taubate.1doc.com.br/verificacao/E33F-D22E-531A-E483>



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Visto. Ciente. De acordo.

ACOLHO a manifestação elaborada pelo Procurador do Município e pela Pregoeira, relativa ao Pregão Eletrônico n. 08/2025, que cuida da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle de pragas (dedetização, desratização, e afastamento de aves e morcegos nocivos), com aplicação de produtos de primeira qualidade, aprovados pela Inspeção Sanitária competente, para as unidades de ensino e demais prédios subordinados à Secretaria Municipal de Educação, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis conforme interesse da Municipalidade e legislação vigente, referente aos recursos apresentados pelas empresas BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA. e DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA, sou pelo recebimento dos mesmos por tempestivo, e no mérito decido pelo ACOLHIMENTO PARCIAL da tese apresentada pela empresa BASSI AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS LTDA. e INDEFERIMENTO da tese apresentada pela empresa DEDEFONE SERVIÇOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA, de modo a se proceder com a inabilitação da empresa DESINTEC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. Desta forma, comunico às empresas que ocorrerá uma nova sessão no dia 15/04/2025, às 08h30min, no mesmo ambiente virtual da sessão anterior para convocação do próximo colocado. Prossiga o certame sua regular cadência, com a disponibilização no site desta Municipalidade, do parecer na íntegra. Publique-se. Cumpra-se.

Taubaté, aos 10 de abril de 2025.

Sergio Luiz Victor Júnior
Prefeito Municipal